

Tendo em vista que o Conselho Superior de Ensino Industrial e Comercial, ouvido, como preceitua o artigo 55.º da organização dos serviços do Ministério do Comércio e Comunicações, aprovada pelo decreto n.º 7:036, de 17 de Outubro de 1920, foi de parecer que se mantivesse em Alcobaça uma escola de artes e ofícios;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, e nos termos do artigo 162.º do decreto, com força de lei, n.º 5:029, de 1 de Dezembro de 1918:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É criada na vila de Alcobaça, uma escola de artes e ofícios.

Art. 2.º O pessoal da Escola de Artes e Ofícios de Alcobaça será o seguinte:

- Um professor de desenho geral e especializado.
- Um mestre de carpintaria.
- Um mestre de serralharia.
- Um servente jornaleiro.

Art. 3.º (transitório). Enquanto não houver verbas inscritas no orçamento, destinadas à Escola de Artes e Ofícios de Alcobaça, serão as suas despesas de pessoal e material abonadas pelo «Fundo para melhoramentos do ensino industrial e comercial», criado por decreto n.º 7:868, de 5 de Dezembro de 1921.

Art. 4.º (transitório). O professor da Escola de Carpintaria e Serralharia de Mirandela, que havia sido transferida para a vila de Alcobaça pelo decreto n.º 9:952, de 31 de Julho de 1924, passa a pertencer ao quadro da Escola de Artes e Ofícios de Alcobaça.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Os Ministros das Finanças e do Comércio e Comunicações assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 15 de Janeiro de 1925.—*MANUEL TEIXEIRA GOMES—Manuel Gregório Pestana Junior—Plínio Octávio de Sant'Ana e Silva.*

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Oriente

2.ª Repartição

1.ª Secção

### Diploma legislativo colonial n.º 53

(Decreto)

Levantando-se dúvidas no Estado da Índia sobre se a lei n.º 1:552, de 1 de Março de 1924, tem ali aplicação em virtude de ter sido publicada no *Boletim Oficial* da colónia e da referência que no seu artigo 3.º, § 1.º, faz a matérias de processo civil e criminal, as quais, nos termos do regimento do justiça de 20 de Fevereiro de 1894, serão regidas, salvas algumas modificações, pelas leis vigentes na metrópole;

Considerando que nenhuma razão haveria para que a referida lei fôsse aplicada nas colónias, onde a moeda circulante não sofreu a desvalorização da da metrópole e onde também não vigoram nem as tabelas do selo e dos emolumentos nem a organização do notariado a que ela alude, sendo até por isso que a sua aplicação no *Diário do Governo* não obedeceu aos preceitos da lei n.º 7:354, de 21 de Novembro de 1921;

Convindo, porém, pôr termo a essas dúvidas com o fim de prevenir a sensível perturbação que delas podem re-

sultar para a vida judiciária das colónias de moeda valorizada;

Tendo em atenção o que sobre o assunto representou o governador geral do Estado da Índia e o parecer da Secção Judicial do Conselho Colonial;

Usando da faculdade que me confere o artigo 67.º-B da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A lei n.º 1:552, de 1 de Março do ano findo, não tem aplicação nas colónias que constituem o distrito judicial da Relação de Nova Goa.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

*Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.*

Paços do Governo da República, 15 de Janeiro de 1925.—*MANUEL TEIXEIRA GOMES—Carlos Eugénio de Vasconcelos.*

Direcção Geral Militar

### Diploma legislativo colonial n.º 54

(Decreto)

Considerando que a fixação das percentagens por aumento de tempo de serviço obedeceu a um princípio de equilíbrio harmónico e que a justificação dessas percentagens só pode com equidade ser feita por um organismo central capaz de graduar convenientemente os coeficientes a aplicar conforme a aspereza e malignidade do clima das diferentes províncias;

Considerando que tal assunto, só podendo ser considerado em conjunto para todas as colónias, é da competência única e exclusiva do Governo da metrópole, como preceitua a base 4.ª do decreto n.º 7:008, de 9 de Outubro de 1920, e que, so em Angola há diversidade de climas de tal natureza que imponham algumas alterações nas percentagens para determinadas regiões, o assunto será convenientemente estudado e ponderado pelo Governo Central, sob proposta do respectivo governador;

Usando da faculdade que me confere o artigo 67.º-B da Constituição Política da República Portuguesa e tendo em vista o disposto na secção 1.ª da base 5.ª das bases orgânicas da administração civil e financeira das colónias, modificada pelo artigo 10.º da lei n.º 1:511, de 13 de Dezembro de 1923:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Que seja anulado e considerado de nenhum efeito o decreto n.º 293 do Alto Comissário da República na província de Angola, de 14 de Abril de 1923, que alterou o que se acha estabelecido acerca da percentagem sobre o tempo de serviço dos militares da guarnição da mesma província.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

*Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as províncias.*

Paços do Governo da República, 15 de Janeiro de 1925.—*MANUEL TEIXEIRA GOMES—Carlos Eugénio de Vasconcelos.*